

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

FELIPE RODRIGUES PEREIRA

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DE INFORMAÇÃO EM SITES
DE MUNICÍPIOS ESPANHÓIS**

Brasília

2013

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

FELIPE RODRIGUES PEREIRA

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DE INFORMAÇÃO EM SITES
DE MUNICÍPIOS ESPANHÓIS**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciência Política, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Marcos Batista

Brasília
2013

FELIPE RODRIGUES PEREIRA

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DE INFORMAÇÃO EM SITES
DE MUNICÍPIOS ESPANHÓIS**

Monografia aprovada pelo corpo docente do curso de Ciência Política, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau em Bacharelado em Ciência Política.

(Prof. Dr. Carlos Marcos Batista)

(Prof. Dr. Paulo César Nascimento)

Prof. Dr. Paulo Afonso Francisco de Carvalho

Brasília
2013

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida. A meus avós, por ensinarem que o que importa é a busca da felicidade. A meus pais, por serem sempre o porto seguro. À minha namorada, pela compreensão e pelo apoio. Às espanholas Marina e Maria Asunción, pela ajuda no entendimento do “mundo espanhol”. Aos colegas Matheus Ferreira e Caroline Sampaio, pelo intercâmbio de conhecimento. Ao professor e amigo Carlos Batista, pelo jeito mineiro de ser e pela sabedoria paciente.

RESUMO

Este trabalho pretende, principalmente, verificar de que forma as novas tecnologias de informação e comunicação, conhecidas como TICs, podem modificar a participação política. Basicamente, analisam-se os mecanismos de participação política *on-line* em sites de câmaras de vereadores e prefeituras espanholas, enquanto ferramentas de democracia participativa dentro de um regime predominantemente representativo. Além disso, assume-se, aqui, a premissa que sistemas políticos democráticos permitem a interação entre cidadãos e representantes.

Palavras-chave: TIC, participação, Espanha, interação, municípios.

ABSTRACT

This study aims, mainly, to verify how the new communication and information technologies, known as ICTs, can modify political participation. Basically, we analyse online political participation mechanisms of municipalities websites, as tools of participative democracy inside a representative government. We also presuppose that democratic political systems allow interaction between citizens and their representatives.

Keywords: TIC, participation, Spain, interaction, municipality.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	8
ÍNDICE DE TABELAS.....	9
1. INTRODUÇÃO	10
2. DEMOCRACIA DIGITAL	12
3. CÂMARAS DE VEREADORES, PREFEITURAS E <i>AYUNTAMIENTOS</i>	16
4. COLETA DE DADOS.....	17
5. METODOLOGIA.....	18
5.1. Estudo das Variáveis.....	18
5.2. Categorias das Variáveis Agrupadas	20
6. ANÁLISE DOS DADOS.....	21
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
9. REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	38

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção da ocorrência das variáveis nos sites.....	23
Gráfico 2: Variáveis agrupadas – processual.....	23
Gráfico 3: Variáveis agrupadas – interativa.....	24
Gráfico 4: Variáveis agrupadas – institucional.....	24
Gráfico 5: Variáveis agrupadas – accountability.....	25
Gráfico 6: Diagrama de caixa da oferta de informação nos sites.....	26
Gráfico 7: Índices médios da quantidade de informação nas comunidades autônomas.....	30

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Número de vereadores de acordo com a população.....	17
Tabela 2: Proporção da ocorrência das variáveis nos sites.....	22
Tabela 3: Desempenho das variáveis.....	27
Tabela 4: Índices médios dos desempenhos dos sites por comunidade autônoma.....	29
Tabela 5: Índices médios da quantidade de informação nas comunidades autônomas.....	29

1. INTRODUÇÃO

A forma tradicional do exercício político numa sociedade democrática se faz por meio do contato direto entre os cidadãos, que se encontram, discutem, pleiteiam, apresentam suas demandas, agem e pressionam seus representantes. Esse contato, em geral, ocorre, por exemplo, em áreas públicas, no espaço físico das assembleias, nas reuniões de representação, nos comícios, nos comitês de bairros. A introdução das TICs pode mudar essa interação física e modificar o processo político ao trazer novas modalidades de contato entre os cidadãos e seus representantes.

Uma pergunta constante que se faz na literatura da ciência política é por que os indivíduos se mobilizam ou por que participam da atividade política. Saber quais custos os indivíduos têm para a participação e quais recompensas eles teriam na participação pode levar a algumas respostas para essa pergunta. Por exemplo, se a satisfação de votar em um candidato preferido ou representante de uma causa com a qual o eleitor se identifique, ou mesmo a possibilidade de ver seu candidato eleito em um processo eleitoral, for maior que os custos de deslocamento ou maior que o tempo gasto para votar, um eleitor deverá ir votar. Mas os custos da participação não são apenas visíveis no processo eleitoral; em várias ocasiões, participar de atividades na comunidade significa abrir mão de tempo e energia dedicados a atividades privadas, inclusive aquelas dedicadas ao lazer. Mais ainda, a participação envolve riscos de interação política ou da exposição em público: as ideias de um participante podem não ser ouvidas em uma assembleia, seu pleito pode não ser incluído na pauta, suas opiniões podem ser menosprezadas, suas opiniões podem ser taxadas de ilegais. Isso faz, então, com que os membros de uma comunidade se afastem da atividade política, tanto no nível local, quanto, mais ainda, no nível regional ou nacional.

Nesse sentido, afirma-se que a expansão do uso das TIC poderá, portanto, significar uma mudança no espaço político de participação e nas práticas de participação, à medida que reduz ou mesmo elimina a necessidade da interação pessoal e leva o debate e o embate para o campo virtual. No terreno virtual, as relações diretas são atenuadas pela distância, pelo anonimato, pelo informalismo, pela impessoalidade e pela segurança na emissão de opiniões que podem ser pensadas e amadurecidas antes de serem emitidas. Além disso, admitimos que o conforto trazido pelo não deslocamento e a realização da manifestação política *on-line* pode diminuir os custos envolvidos na participação e aumentar o nível de informação requerido para qualquer manifestação. Portanto, essas hipóteses indicam que há uma possível mudança

no comportamento político quando se traz o embate democrático do espaço físico para o espaço virtual.

Essa mudança implica em uma nova “cultura” de participação que é distinta e não pressupõe a necessidade do enfrentamento obrigatório e da presença física em reuniões, comitês e assembleias. A presença das TICs pode tornar mais fluidos os mecanismos de participação e facilitar o contato interpessoal, mas talvez sua principal característica e vantagem seja o aumento da quantidade de informação trazida ao processo (BATISTA, 2003). Por isso, é razoável afirmar que a incorporação das TICs conduz a um aperfeiçoamento das práticas democráticas trazendo novas formas de manifestação, e, sobretudo, alterando o funcionamento da própria democracia. Nestes termos, admite-se que elas proporcionam um aumento da participação cidadã ao garantirem meios mais eficazes para a manifestação política e alterarem substancialmente a “cultura política”.

Este trabalho pretende estudar como ocorre o engajamento político pelo ambiente digital. A pergunta que este trabalho pretende responder é: há expansão da interação política virtual no contexto democrático? Em outras palavras, procura-se medir se a participação cidadã modifica-se com a introdução das TICs.

Assim sendo, este trabalho pretende buscar respostas para as seguintes interrogações:

- há aumento da oferta de possibilidades ou mecanismos de interação entre cidadãos e seus representantes e governos com o uso das TICs?
- pode-se observar uma ampliação da participação cidadã a partir da disseminação das TICs?
- há melhoria ou aperfeiçoamento dos procedimentos democráticos com a presença das TICs?
- quais são as variáveis indicadoras de participação cidadã mais importantes que devem ser observadas e medidas?

Reconhece-se, sobretudo no nível local, que há dentre os três poderes uma maior permeabilidade do legislativo para a população em geral. A hipótese básica é que os membros das câmaras de vereadores sejam os representantes mais próximos da população, dadas as suas características eletivas e a sua necessidade de manter maior contato com os eleitores, inclusive fora dos períodos eleitorais. Então, estudaram-se os sites dos legislativos locais e a oferta de informações de caráter interativo que estes sites trazem para os cidadãos.

Entende-se que os sites disponíveis na internet (importantes fontes de contato virtual) contêm fatores indicadores de participação cidadã. A realização desta avaliação sobre a

presença dos fatores de interação e participação nos sites dos municípios está baseada no pressuposto de que existe um elo entre o uso das TIC e a participação cidadã no nível local. Também parte-se da premissa de que a participação da população, acompanhando o trabalho de seus eleitos, provoca o aumento de informações nos sítios eletrônicos e a melhora na qualidade dos sites. Para tanto, estabeleceram-se critérios operacionais para a mensuração dessa relação; em seguida, estes fatores foram transformados em variáveis, examinadas em todos os sites pesquisados.

2. DEMOCRACIA DIGITAL

A expansão do número de usuários da Internet tem criado novas formas de comunicação e interação entre governos e sociedade, bem como aberto novas oportunidades para a mobilização e o engajamento político dos indivíduos (POSSAMAI, 2011, p. 24). Movimentos sociais têm se feitos presentes e mesmo se constituído nas redes sociais virtuais, manifestando-se e promovendo o debate e a construção de agendas e políticas. Uma das novidades que despontam, juntamente à ampliação do uso da internet é a disponibilidade de dados e informações de governos na rede, o que se chama governo eletrônico. O princípio dessa “novidade” é a utilização das novas TICs para democratizar e estimular o acesso à informação, visando a provocar maior debate dentre os cidadãos sobre o trabalho dos representantes que eles elegeram. Além disso, a própria definição¹ de governo eletrônico, no Brasil, leva em conta a participação cidadã para melhorar a “efetividade das funções governamentais”.

Dentre as experiências recentes de governo digital, destaca-se a criação de mecanismos de participação eletrônica, para que cidadãos possam atuar no ciclo de políticas públicas, configurando o que se entende por democracia digital (*idem*, p. 25). A democracia digital, assim, não configura um novo tipo democrático, mas sim a criação de um conjunto de ferramentas e canais eletrônicos e digitais que visam a atender, de maneira inovadora, as demandas por modernização e, sobretudo, por democratização da gestão pública, de modo que passe a ser acessível pelo cidadão.

Assim, a participação se torna indispensável para a manutenção, o aperfeiçoamento e a consolidação da democracia e de sua legitimidade. Atualmente, iniciativas de participação *on-*

¹ A definição utilizada aqui está presente no site do programa de governo eletrônico do Brasil: <http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br>

line estão cada mais comuns. Já existem várias iniciativas de canais de participação *online* criadas pelo próprio ambiente institucional do governo; exemplos existem em vários países. Para Habermas, teórico pertencente à Escola crítica de Frankfurt, a democracia está ligada a um processo discursivo que tem suas origens nas redes públicas de comunicação, com as quais os processos de institucionalização legal e utilização administrativa do poder estão indissolúvelmente ligados (HABERMAS, 1995 *apud* AVRITZER, 1996). De acordo com Avritzer,

a democracia depende, para a sua reprodução, não apenas daqueles processos que ocorrem no sistema político *strictu sensu* – aglutinação da opinião pública em partidos, atividades parlamentares e eleições –, mas depende também dos processos de formação e renovação de uma cultura política democrática (AVRITZER, 1996, p. 20).

Essas afirmações pregam justamente o contrário do que diz a corrente elitista de pensamento político, a qual afirmava, em linhas gerais, que muita participação poderia se tornar prejudicial à própria democracia. Avritzer complementa que

(...) Diferentemente do elitismo democrático, a democracia (para Habermas), é estruturalmente dependente das redes de comunicação existentes na esfera pública, redes essas que estabelecem a direção do processo de produção de poder nas sociedades democráticas (HABERMAS, 1995 *apud* AVRITZER, 1996, p.21).

Discutindo sobre a representação, a estudiosa alemã Hanna Pitkin suscita questões relevantes. Em sua visão, os representantes não devem apenas “governar” e promover o interesse público, mas também prestar contas do exercício do mandato à sociedade, que, por sua vez, é ativa. Ela ressalta que há a necessidade de se criarem mecanismos institucionais auxiliares dessa comunicação entre representante e representado. Após fazer um apanhado das principais visões sobre o conceito de representação na literatura dominante, Pitkin afirma que

(...) governo representativo requer que haja um mecanismo para a expressão dos anseios do representado, e que o governo corresponda a esses anseios a menos que haja boas razões para o contrário (...). Não é que um governo represente somente quando está agindo em resposta a expresso anseio popular; governo representativo é aquele apto a corresponder aos anseios populares quando há algum. Consequentemente, necessita-se de mecanismo institucional para corresponder a esses anseios (1976, p.232)².

As palavras de Pitkin reforçam, então, a necessidade de um processo de comunicação facilitado entre representante e representado, processo esse que traria à tona mais uma maneira de participação, além do voto.

² Tradução livre do original.

Assim, percebe-se que a participação do cidadão nas esferas públicas de decisão pode contribuir para que sua própria vontade seja representada, uma vez que é impossível saber a vontade da população em geral, a qual é heterogênea e múltipla. No entanto, o que deve ser observado é a crítica de que há poucas formas de participação popular, e elas praticamente não incentivam a presença do eleitor nas esferas de deliberação. De acordo com Manin, não se pensou em *designs* institucionais que contemplassem maior participação direta da sociedade nas coisas públicas além do momento do escrutínio (MANIN, 1997).

O argumento de Manin, o qual considera que existe, atualmente, uma metamorfose do governo representativo, encontra equivalência no argumento de Rousseau e de Pateman. Para Rousseau, há uma função educativa na participação. Segundo Pateman, “o sistema ideal de Rousseau é concebido para desenvolver uma ação responsável, individual, social e política como resultado do processo participativo. Durante esse processo o indivíduo aprende que a palavra “cada” aplica-se a ele mesmo (...)” (PATEMAN, 1992). Vê-se, aqui, que, para Rousseau, a participação é uma competência adquirível com o passar do tempo. O cidadão só aprenderá a participar participando. A própria Pateman, muito influenciada por Rousseau, afirma que o cidadão seria apto e inteligente o suficiente para escolher governantes “mais tecnicamente qualificados”, e que deveria participar na construção de políticas públicas. Ainda, Pateman coloca que, na verdade, nunca houve tentativas contundentes de realização de novo *design* institucional que facilitasse, estimulasse e viabilizasse formas de participação.

No entanto, Pateman escreveu seu texto em 1992, há duas décadas, e ainda não havia surgido iniciativas que transpusesse o meio de participação – do mundo físico ao mundo virtual. Vinte anos atrás, a internet ainda se desenvolvia e parecia longe de ser uma alternativa para aproximar a população da política, inclusive controlando seus representantes. Segundo Cristiano Ferri,

teóricos da democracia participativa alegam que as limitações de comunicação da mídia tradicional dificultam o exercício da liberdade de expressão em relação às decisões tomadas no âmbito do Estado. Dessa forma, a melhoria no sistema de comunicação geral, fomentada pelo surgimento da Internet, por exemplo, teria efeito positivo no fortalecimento da democracia (FERRI, 2011, p. 60).

Em análise de *websites* de parlamentos latinos, Carlos Batista (2003) observou como a disponibilização de informações sobre a estrutura, o funcionamento, o acesso aos parlamentares e a abertura de canais digitais de comunicação com o público habilitam as respectivas comunidades a se comportarem de forma mais ativa, participativa e fiscalizatória em relação aos parlamentares. Segundo Batista, isso gera um círculo virtuoso para a cultura política que beneficia as instituições democráticas, pois uma sociedade mais

instrumentalizada com informação e acesso pode exigir melhor atuação do seu Poder Legislativo. Da mesma forma, Robert Dahl diz que para que todos os membros estejam igualmente capacitados a participar nas decisões, um dos requisitos é o “entendimento esclarecido”: “Dentro dos limites razoáveis de tempo, cada membro deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis conseqüências” (DAHL, 2001, p. 49). Assim, cidadãos mais informados conseguem tomar melhores decisões.

Ferri afirma que a Internet é, então, uma grande ferramenta de informação:

como a Internet possibilita maior acesso a informações de qualquer tipo, as comunidades de interesse organizam-se com riqueza muito maior de informações específicas. Assim, o usuário da Internet que tem acesso às informações da grande mídia (jornal, televisão, rádio) complementa tais informações com aquelas disponíveis na Internet, que reverbera as informações divulgadas pela grande mídia e vice-versa. Além disso, o usuário da Internet checa tais informações com os amigos e contatos de suas redes sociais temáticas, e depois volta a acessar a grande mídia e websites da Internet (FERRI, 2011, pp.70-71).

Que a Internet é fonte de informação, resta pouca dúvida. Resta saber, então, se ela consegue contribuir para a finalidade da mobilização para fins políticos. Há, na literatura, a crítica de que outro meio, como o eletrônico, nada traria de diferente do meio físico, uma vez que o cidadão médio é desinteressado pela política e não participa. De acordo com Pateman, Sartori sustenta que a tentativa de encontrar uma resposta à apatia do cidadão médio à política é um esforço equivocado, uma vez que “as pessoas só compreendem e se interessam de fato por assuntos dos quais têm experiência pessoal, ou por ideias que conseguem formular para si próprias, e nada disso é possível para o cidadão médio, em matéria de política (PATEMAN, 1992, p. 21).

Já Pippa Norris (2000) acredita que a Internet facilita o envolvimento em atividades políticas para aqueles já ativos politicamente, ou predispostos a atividades políticas convencionais, processo denominado “círculo virtuoso”. Isso aconteceria porque a rede mundial reduz tempo e esforço, oferecendo, portanto, mais facilidades e oportunidades de participação.

Ferri afirma que há autores que consideram que o fato de a Internet permitir maior acesso à informação catalisa novos participantes e isso “reduz as deficiências de conhecimento normalmente utilizadas como desculpa para o não envolvimento em atividades políticas” (FERRI, 2011, p.71).

Segundo os dados de Batista (2003), o círculo virtuoso para a cultura política criado pela participação *on-line* pode contribuir mesmo para o controle das ações tomadas pelos

representantes, considerados, aqui, como pessoas que agem pela população, que tem autorização dela e, por isso, deve prestar contas.

Este trabalho se junta a outros que visam a obter um processo de comparação das variáveis em diferentes localidades, como Brasil, Portugal, França e América Latina. Por conta de suas características próprias, a Espanha possibilita aporte a um trabalho maior de comparação.

3. CÂMARAS DE VEREADORES, PREFEITURAS E *AYUNTAMIENTOS*

No caso espanhol, a que este trabalho se dedica, não há câmaras de vereadores e prefeituras distintamente. Lá, existem os *ayuntamientos*, instituições que unem, em sua composição, os poderes executivo e legislativo – o que vai ao encontro do objetivo deste trabalho, de compreender as ferramentas *online* de participação e interação entre eleitores e eleitos

Ayuntamientos, ou *concejos*, são a menor entidade de governo, de onde também se administra um município. Eles são regidos por um *alcalde* (prefeito) e pelos *concejales*, ou ediles (vereadores). De acordo com o portal municipal de Palencia³, há eleições periódicas, a cada quatro anos, nas quais se elegem os vereadores, que, por sua vez, elegem o prefeito. A regra geral é que o prefeito se eleja com os votos dos demais vereadores; como as eleições municipais são em listas fechadas, só podem concorrer ao cargo de prefeito aqueles que encabeçam as listas de seus partidos. Caso nenhum candidato tenha a maioria absoluta dos votos dos seus pares, o prefeito será o primeiro vereador da lista que tiver recebido o maior número de votos populares. Em caso de empate, há a previsão de sorteio.

As competências do prefeito e dos vereadores espanhóis são similares às atribuições aos mesmos cargos no Brasil. Para ser eleito vereador, na Espanha, basta ter a maioridade, 18 anos, possuir a qualidade de eleitor e não se encontrar na condição de alguma causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral. O país também considera elegíveis aqueles que, maiores, sejam residentes na Espanha na condição de cidadãos da União Europeia, ainda de acordo com informações do portal municipal de Palencia.

De acordo com a legislação eleitoral espanhola, o número de vereadores para cada *ayuntamiento* segue conforme a população local:

³ Disponível em: http://www.dip-palencia.es/export/sites/diputacion/galerias/documentacion_migracion/1202989989924_7._el_ayuntamiento_org_anizacixn.pdf

Tabela 1: Número de vereadores de acordo com a população

População	Número de vereadores
Até 250	5
250 a 1.000	7
1.001 a 2.000	9
2.001 a 5.000	11
5.001 a 10.000	13
10.001 a 20.000	17
20.001 a 50.000	21
50.001 a 100.000	25
Acima de 100.000	Um a mais a cada 100.000 habitantes ⁴

Fonte: Portal municipal de Palencia

Nos *ayuntamientos*, também há comissões informativas, como nos municípios brasileiros – órgãos que têm por função o estudo, a informação ou consulta de assuntos que sejam submetidos a decisão do plenário. As comissões dos municípios espanhóis emitem parecer meramente opinativo, e não vinculante.

4. COLETA DE DADOS

O primeiro passo para viabilizar a coleta de dados foi o levantamento de todos os municípios espanhóis. Para isso, utilizou-se a lista de províncias e municípios da Espanha, feita pelo *Instituto Nacional de Estadística*. Depois, optou-se pelo sorteio, método aleatório, para escolher quais seriam os municípios a terem seus sites analisados. Como a Espanha tem uma divisão de municípios peculiar – há municípios com dezenas de habitantes e outros com centenas de milhares –, a lista de municípios por província foi dividida em quartis para possibilitar uma amostra estratificada após o sorteio.

Depois da escolha aleatória, levantaram-se os endereços eletrônicos dos *ayuntamientos* de cada município; o portal *La Web Municipal* fornece alguns sites das casas municipais de governo, mas não todos. Por isso, buscaram-se os domínios restantes em portais eletrônicos de busca. Como já era esperado, nem todos os municípios tinham sites dos *ayuntamientos*, então sortearam-se outros municípios dos mesmos quartis dos anteriores, até que se encontrasse algum que tivesse portais eletrônicos. Os sites das capitais das províncias deveriam, obrigatoriamente, ser analisados.

⁴ Se a soma resultar em um número par, a lei pede que se aumente mais um.

O passo posterior foi coletar os dados propriamente ditos nos sites e tratá-los nos *softwares* Excel e SPSS.

Na Espanha, há 7962 municípios; no entanto, para este estudo, utilizou-se uma amostra de 393, distribuídos em 47 províncias. Essas províncias estão situadas em 15 Comunidades Autônomas⁵, que são as entidades políticas e territoriais mais importantes em que se divide o Estado espanhol – elas têm autonomia legislativa e competências executivas próprias –; equivalem aos estados brasileiros – uma evidência dessa afirmação é que elas têm constituições estaduais, assim como no Brasil.

5. METODOLOGIA

5.1. Estudo das Variáveis

Neste trabalho, foram consideradas e analisadas 22 variáveis qualitativas nominais:

1. Regimento Interno
2. Lei Orgânica e outras leis
3. Ordem do Dia
4. Estrutura da Casa
5. Lista de Parlamentares
6. Acesso aos Parlamentares
7. Estrutura da Comissões
8. Contato Câmara Municipal
9. Acesso a Licitações e Contratos
10. Contato Presidente da Câmara Municipal
11. Fala Cidadão
12. Acesso ao Partido
13. Telefone para Contato
14. E-mail para Contato
15. Denúncias/ Sugestões/ Críticas

⁵ Conceito disponível em: <<http://es.thefreedictionary.com/comunidad>>. Acessado em 25/mai/2013.

16. Notícias/ Informativos
17. Relatórios de Gestão Fiscal
18. Despesas Correntes
19. Despesas de Capital
20. Receitas Correntes
21. Receitas de Capital
22. Acesso a Redes Sociais

O tratamento das variáveis se deu pela subdivisão delas em quatro grupos distintos. Para essa qualificação, levou-se em conta o tipo de informação em cada variável, obtendo-se então variáveis de informação “institucional”, “processual”, “interativa” e de prestação de contas ou “accountability”. Abaixo, os tipos de informação de maneira agregada:

Informação Institucional: Diz respeito a regras e funcionamento das casas. Formada pelas variáveis:

- Regimento Interno
- Lei Orgânica e outras leis municipais
- Estrutura da Casa
- Estrutura das Comissões

Informação Processual: Variáveis que abordam o dia a dia das casas, como agenda, cronograma, resultado de votações e composição da casa. Formada por:

- Ordem do Dia
- Lista de Parlamentares
- Notícias/ Informativos

Informação Interativa: Interação e acesso do cidadão com as casas e seus membros. Fazem parte deste grupo as variáveis:

- Acesso aos Parlamentares
- Contato com a Prefeitura
- Contato com o Prefeito
- Fala Cidadão

- Acesso ao Partido
- Telefone para Contato
- E-mail para Contato
- Denúncia/ Sugestão/ Crítica
- Acesso a Redes Sociais

Prestação de Contas ou Accountability: Diz respeito a transparência e informações sobre orçamento. Formada por:

- Acesso a Licitações e Contratos
- Relatórios de Gestão Fiscal
- Despesas Correntes
- Despesas de Capital
- Receitas Correntes
- Receitas de Capital

Estas variáveis foram verificadas nos sites do Legislativo e Executivo municipais, atribuindo-se o número “1” quando elas eram encontradas e “0” quando a informação era ausente. Considerou-se como informações aquelas encontradas nos próprios sites municipais, ou acessadas por meio de *links* para outros sites.

5.2. Categorias das Variáveis Agrupadas

Com as variáveis agrupadas, foram criadas categorias para medir a quantidade de informação a partir do número de ocorrências das variáveis que compõem cada grupo simultaneamente.

<i>No_info</i>	Nenhuma “característica encontrada”: 0 em 4 (0,0)
<i>Insuf</i>	Um caso de “característica encontrada”: 1 em 4 (0,25)
<i>Reg</i>	Dois casos de “características encontradas”: 2 em 4 (0,5)
<i>Elevada</i>	Três casos de “características encontradas”: 3 em 4 (0,75)
<i>Total_info</i>	Quatro casos de “características encontradas”: 4 em 4 (1,0)

6. ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo foi produzido com o interesse principal de obter maiores informações sobre o crescimento do uso das novas TICs, e, principalmente, a internet. A fim de estudar o impacto da participação cidadã *on-line* nos assuntos públicos, foram analisados dados que ajudam, quantitativa e qualitativamente, a responder certas questões sobre a interação do cidadão com os poderes públicos municipais.

O aumento da transparência, a divulgação mais detalhada de informação, dentre outros, contribuem para maior participação cidadã nas sociedades democráticas. Além disso, a possibilidade de emissão de opiniões, reclamações, questionamentos, sem o processo de mediação por terceiros é uma forma eficaz de melhoria de interação.

A intenção, com esta análise de dados, é verificar se, através das TICs, pode-se observar aumento na oferta de informações e na interação entre cidadãos, representantes e governo.

Com base na verificação dos “municípios” espanhóis, trazendo para um termo mais próximo do sistema político brasileiro, pode-se notar que os portais *on-line* funcionam, em grande medida, como sítios de serviço, em que se encontram telefones úteis, informações básicas ao cidadão, como taxas e impostos. Obviamente, como um país heterogêneo em que o número de cidadãos em um município pode variar de dezenas a centenas de milhares, notam-se *sites* extremamente distintos: uns, com uma lógica clara de organização de informações; outros, com arquitetura de informação e desenho próximos ao de um *blog*. Embora a aparência dos sites e a facilidade, ou não, de achar informações não sejam consideradas neste

estudo, deve-se ressaltar que não necessariamente os menores municípios têm sites menos aprimorados.

Na Espanha, em 2011, obteve caráter de aplicação obrigatória o *Código de Buen Gobierno Local*, aprovado por unanimidade pela *Federación Española de Municipios y Provincias*, com diretrizes para os políticos municipais. O objetivo, segundo o manual de aplicação do código, é propor uma nova forma de governar nos municípios, apostando por instituições de governo modernas e eficazes e considerando o âmbito local como espaço estratégico da ação política, o futuro da democracia e o desenvolvimento dos direitos da cidadania⁶. No código, constam indicadores de “bom governo” e de “transparência”, o que faz com que os governos municipais tenham que disponibilizar informações, referentes às variáveis para obter uma boa nota no sistema. Além disso, em 2012, foi aprovada a *Nueva Ley de Transparencia*, que traz indicadores⁷ de governança eletrônica, de transparência dos governos. As categorias de informação são:

1. Indicadores sobre a transparência municipal;
2. Indicadores sobre relações com os cidadãos e a sociedade;
3. Indicadores de transparência econômico-financeira;
4. Indicadores de transparência nas contratações de serviços;
5. Indicadores de transparência em matéria de urbanismo e obras públicas;
6. Indicadores da nova lei de transparência (basicamente orçamentários).

As variáveis utilizadas pelo modelo de estatística espanhol são, coincidentemente, parecidas com as utilizadas neste trabalho, o que pode indicar que, de fato, são informações relevantes para serem estudadas.

No nosso estudo, consideramos que a interação entre cidadãos e o poder governante se dá de maneira mais fluida no nível local, como já dito, por conta da proximidade entre eles e da facilidade de acesso. Por conta desse pressuposto, agregamos ao modelo variáveis que meçam a possibilidade de contato com os representantes locais: “lista de parlamentares”, “telefone para contato”, “emails para contato”, “fala cidadão”.

⁶ No original, em espanhol: “Se propone una nueva forma de gobernar desde la cercanía, apostando por unos Ayuntamientos modernos y eficaces y considerando el ámbito local como espacio estratégico de la acción política, el futuro de la democracia y el desarrollo de los derechos de ciudadanía.

⁷ <https://sedeelectronica.gijon.es/page/1377-indicadores-de-transparencia>

Tabela 2: Proporção da ocorrência das variáveis nos sites.

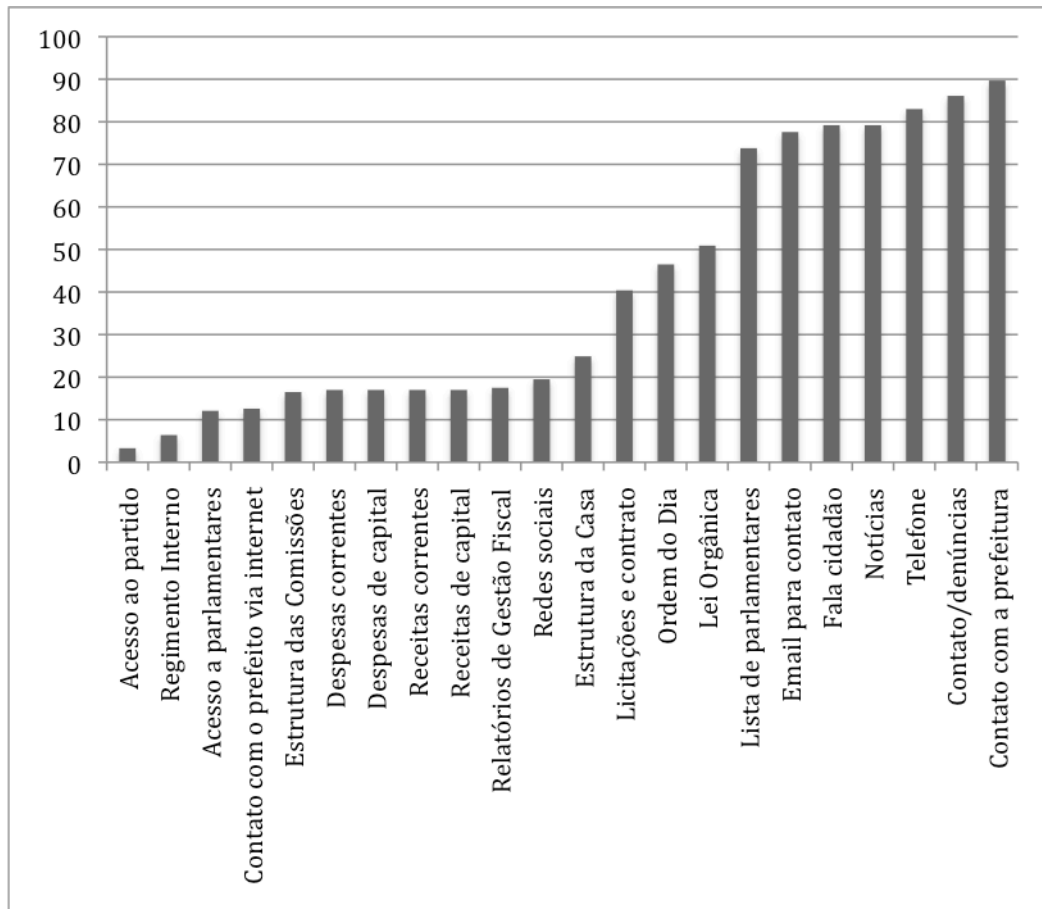
Nome das variáveis	Proporção (%)
Regimento Interno	6,4
Lei Orgânica	50,9
Estrutura da Casa	24,9
Estrutura das Comissões	16,5
Ordem do Dia	46,5
Lista de parlamentares	73,8
Fala cidadão	79,2
Telefone	83
Email para contato	77,6
Acesso ao partido	3,3
Acesso a parlamentares	12,1
Contato/denúncias	86,1
Contato com a prefeitura	89,7
Notícias	79,2
Relatórios de Gestão Fiscal	17,5
Licitações e contrato	40,4
Contato com o prefeito via internet	12,6
Despesas correntes	17
Despesas de capital	17
Receitas correntes	17
Receitas de capital	17
Redes sociais	19,5

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

Os dados coletados apontam que, das 22 variáveis, apenas oito tiveram mais de 50% de presença nos sites de municípios espanhóis. Uma análise mais detalhada mostra o que já havia sido dito: as informações que se encontram nos sites pesquisados referem-se mais a serviços à população, como informações de acesso à própria instituição, e menos à prestação de contas – *accountability* –, o que não parece ser, pelo menos à primeira vista, uma prioridade para os sítios *on-line* dos municípios espanhóis.

De forma gráfica, o resultado se dá da seguinte forma:

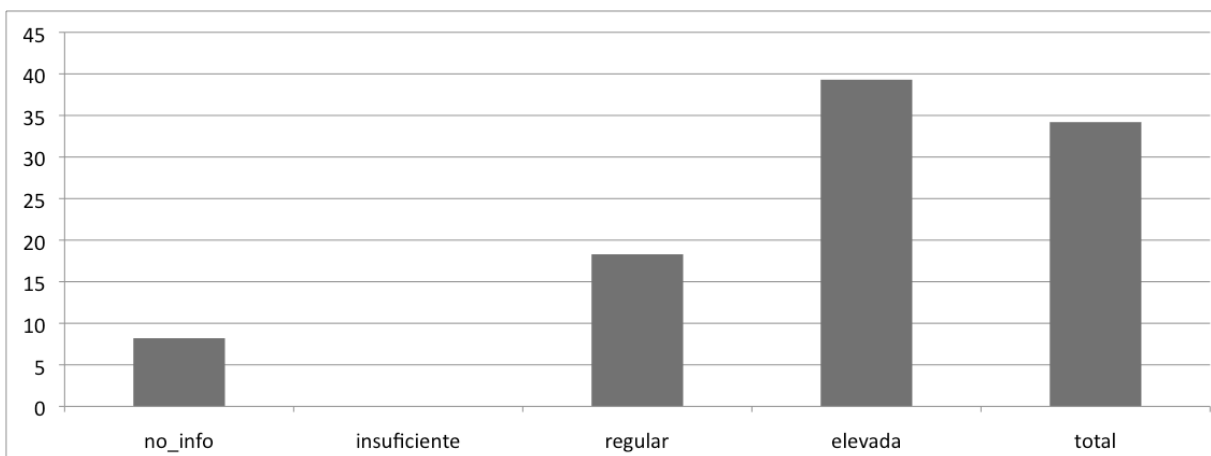
Gráfico 1 – Proporção da ocorrência das variáveis nos sites.



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

Quando se agrupam as variáveis, o resultado fica mais evidente:

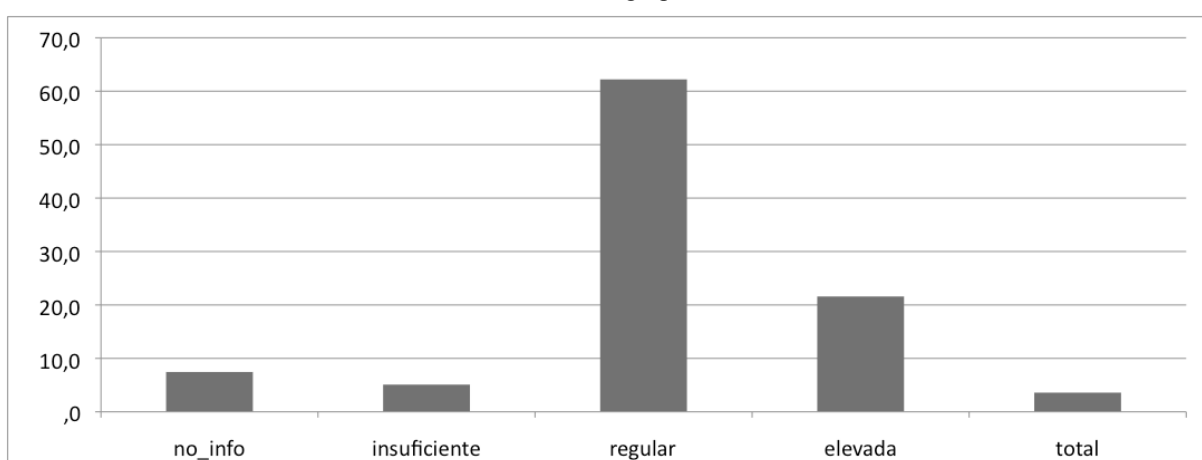
Gráfico 2 – Variáveis agrupadas - processual



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

Analisando-se as variáveis processuais, “Ordem do Dia”, “Lista de Parlamentares” e “Notícias/Informativos”, percebe-se claramente que a incidência dessas informações nos sites pesquisados é positiva, com disponibilidade elevada de informação chegando a quase 40%. Isso indica que as variáveis são perceptíveis nos sites de municípios espanhóis. O quadro aponta para um cenário otimista, o que pode indicar que os cidadãos demandam essas informações e, por isso, elas são mais frequentes. Se combinarmos os níveis regular e total, temos um número maior de 70%. Se considerarmos, na conta, a disponibilidade regular, a soma sobe para quase 90%.

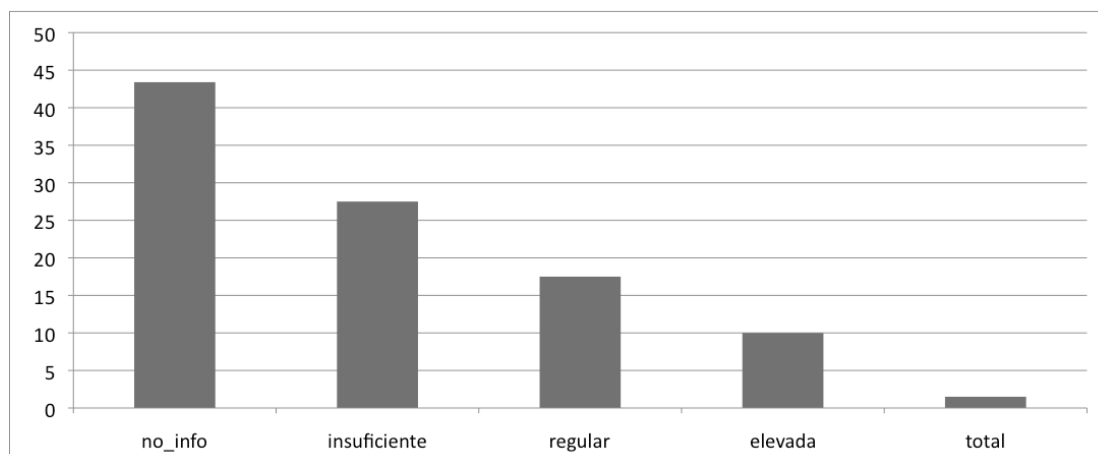
Gráfico 3 – Variáveis agrupadas - interativa



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

Já quando olhamos a variável “interativa”, embora a modalidade “disponibilidade total” tenha baixa participação nos resultados – deve-se fazer a ressalva de que a ausência de informação também é muito baixa), verifica-se que a categoria “regular” somada à categoria “elevada” apresentam cerca de 80% de informação. Isso mostra que a possibilidade de consultas a proposições legislativas, contatos ou denúncias, listas de partidos e acesso a parlamentares e lideranças é bastante elevada nos sites das casas legislativas espanholas.

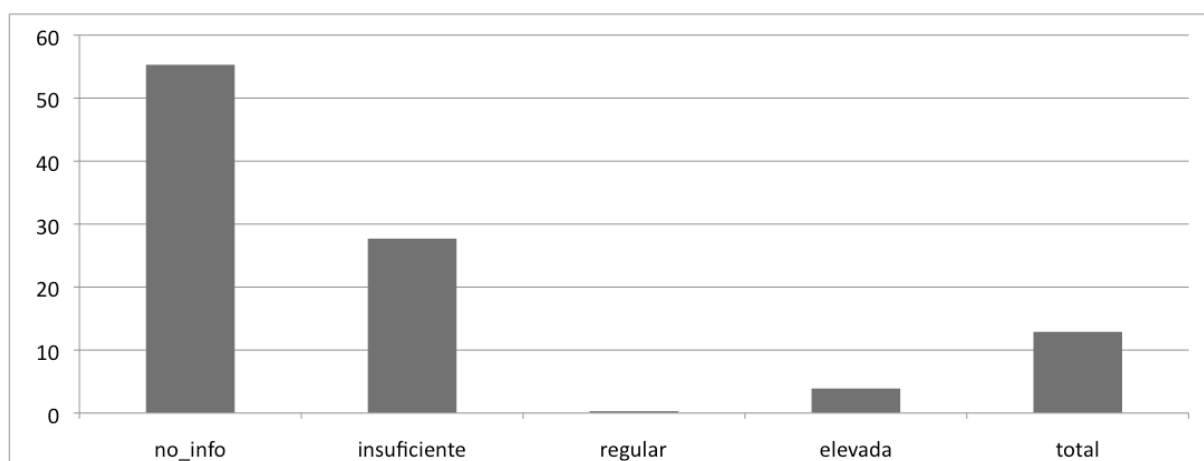
Gráfico 4 – Variáveis agrupadas - institucional



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

No entanto, o cenário muda bastante quando se observam as variáveis institucionais, que explicam a estrutura, organização, legislação e acesso aos parlamentares. As variáveis “Regimento Interno”, “Estrutura da Casa” e “Estrutura das Comissões” têm baixa incidência nos sites. Desse rol, a que apresenta maior disponibilidade de informação é “Estrutura da Casa”, com 24,9% de ocorrência (tabela 2).

Gráfico 5 – Variáveis agrupadas – accountability

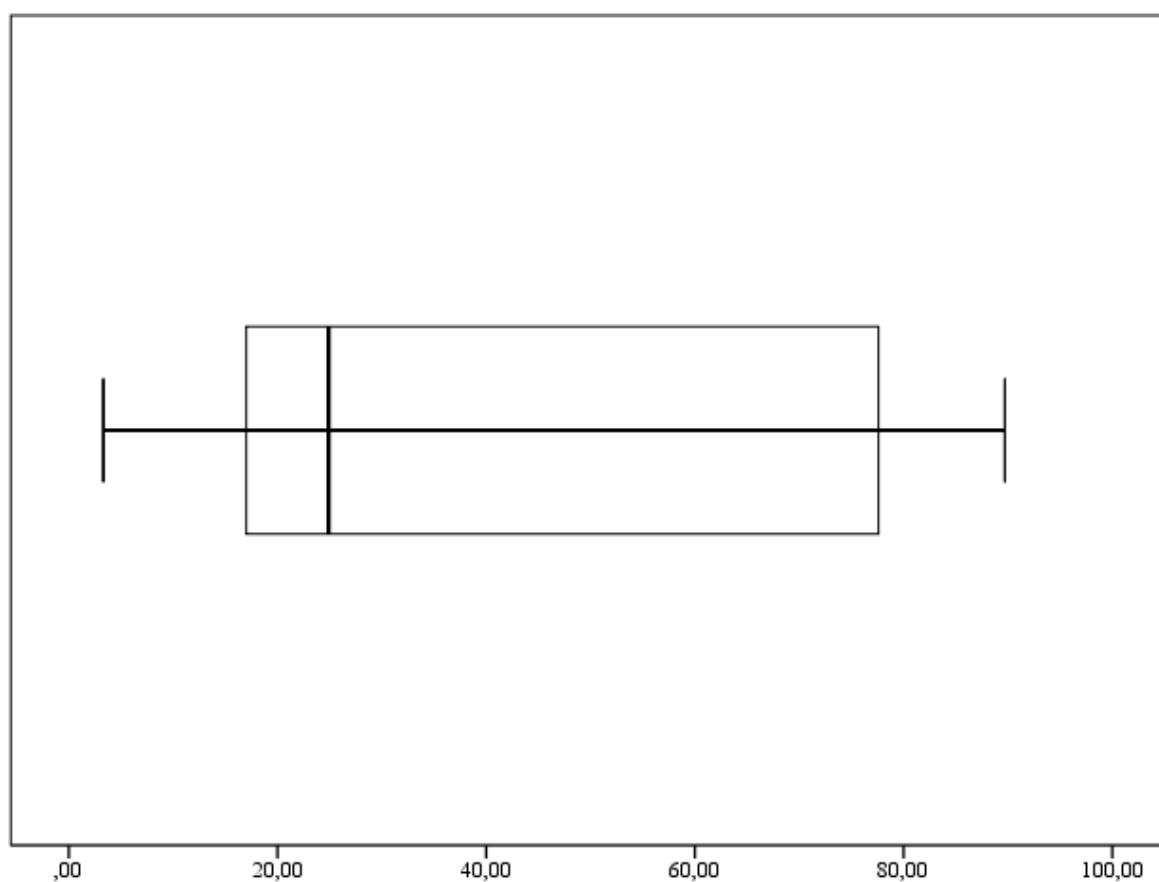


Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

Para a variável “*accountability*”, representado, em grande parte, pela demonstração das contas públicas, entendidas aqui como “o resultado da gestão orçamentária, financeira e patrimonial sintetizado em relatórios das mais diversas naturezas, os quais devem ser disponibilizados aos órgãos fiscalizadores e ao público de um modo geral, com vistas à avaliação do desempenho dos gestores públicos” (BATISTA, 2003), a sua ausência nos sites é flagrante. Necessita-se, urgente, para nossos padrões, de sua expansão e de esclarecimento de

suas características técnicas. Como os índices “insuficiente” e “no_info” são altos, principalmente quando combinados, os resultados não apontam para a utilização da internet para a divulgação de contas públicas e nem para uma forte associação desta tecnologia com a transparência – que pode se entender, aqui, como a capacidade do governo, dos governantes e dos representantes em tornar claro e inteligível todo e qualquer trâmite, processo ou decisão relativos à gestão pública.

Gráfico 6 – Diagrama de caixa da oferta de informação nos sites



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

A partir da leitura do gráfico acima e das informações contidas na tabela 1, podemos perceber que o valor típico de informações nos sites espanhóis é de 22,2%, um valor abaixo do esperado. Além disso, quando observamos os valores menores do que a mediana, percebemos que estão mais concentrados do que os maiores que ela. O valor médio de informações é de aproximadamente 41,44%.

Tabela 3 – Índice de desempenho dos sites

Desempenho	Frequência absoluta	Frequência relativa (em %)
RUIM = 0 a 0,25	77	19,8
REGULAR = 0,26 a 0,5	210	53,98
BOM = 0,5 a 0,75	70	18
ÓTIMO = 0,76 a 1	32	8,22
TOTAL	389	100

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

Os sites foram classificados como ruins, regulares, bons ou ótimos de acordo com a quantidade de informação que continha. Se ele trouxesse todas as variáveis, alcançaria o índice “1” e seria considerado ótimo. Se trouxesse apenas três, por exemplo, alcançaria o índice “0,15” e seria considerado ruim. A província com maior quantidade de sites municipais avaliados como ruins foi Ávila, com nove registros, que tiveram apenas de 0 a 25% de informação. A província de Granada foi a que apresentou a maior quantidade de sites considerados ótimos: quatro. Valladolid foi a que trouxe o melhor balanço: de 13 sites, oito foram tidos como bons, dois como ótimos e um, regular. Um dos motivos detectados como fator responsável por puxar os valores para baixo e por dispersar os valores – o que pode ser visto no diagrama de caixa – foi a consideração de não-informação para links que redirecionavam para páginas não existentes ou em branco.

Tabela 4 – Índices médios dos desempenhos dos sites por comunidade autônoma

COMUNIDADE AUTÔNOMA	PROVÍNCIAS	ÍNDICES MÉDIOS (%)
ANDALUCÍA	ALMERÍA	22,72
ANDALUCÍA	CÁDIZ	40,91
ANDALUCÍA	CÓRDOBA	45,45
ANDALUCÍA	GRANADA	63,63
ANDALUCÍA	HUELVA	45,45
ANDALUCÍA	JAÉN	31,82
ANDALUCÍA	MÁLAGA	50
ANDALUCÍA	SEVILLA	59,09
ARAGÓN	HUESCA	40,91
ARAGÓN	TERUEL	36,36
ARAGÓN	ZARAGOZA	31,82
ASTURIAS	ASTURIAS	54,54
CANTABRIA	CANTABRIA	50
CASTILLA - LA MANCHA	ALBACETE	45,45
CASTILLA - LA MANCHA	CIUDAD REAL	40,91
CASTILLA - LA MANCHA	CUENCA	22,73
CASTILLA - LA MANCHA	GUADALAJARA	31,82
CASTILLA - LA MANCHA	TOLEDO	36,36
CASTILLA Y LEÓN	ÁVILA	18,18
CASTILLA Y LEÓN	BURGOS	36,36
CASTILLA Y LEÓN	LEÓN	40,91
CASTILLA Y LEÓN	PALENCIA	40,91
CASTILLA Y LEÓN	SALAMANCA	31,82
CASTILLA Y LEÓN	SEGOVIA	36,36
CASTILLA Y LEÓN	SORIA	36,36
CASTILLA Y LEÓN	VALLADOLID	68,18
CASTILLA Y LEÓN	ZAAMORA	31,81
CATALUÑA	BARCELONA	59,09
CATALUÑA	GIRONA	45,45
CATALUÑA	LLEIDA	36,36
CATALUÑA	TARRAGONA	50
COMUNIDAD CATALUÑA	ALICANTE	45,45
COMUNIDAD CATALUÑA	CASTELLÓN	40,90
COMUNIDAD CATALUÑA	VALENCIA	40,90
EXTREMADURA	BADAJOS	31,82
EXTREMADURA	CÁCERES	40,90
GALICIA	A CORUÑA	54,55
GALICIA	LUGO	40,90
GALICIA	OURENSE	31,82
GALICIA	PONTEVEDRA	36,36
COMUNIDAD DE MADRID	MADRID	40,91
MURCIA	MURCIA	40,91
NAVARRA	NAVARRA	31,82
PAÍS VASCO	ÁLAVA	40,91
PAÍS VASCO	GIPUZKUA	77,27
PAÍS VASCO	VIZKAIA	68,18
LA RIOJA	LA RIOJA	40,90

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

Ainda, para se ter ideia da distribuição dos valores por região na Espanha, utilizou-se, na tabela 4, os índices médios de desempenhos dos sites de cada província analisada das regiões autônomas da Espanha. O valor que aparece na tabela é a média de quantas variáveis das 22 os sites de cada província tiveram informação. Por exemplo, se, numa província com dois sites, um preencheu 3 variáveis e outro 5, o valor absoluto será 4 e, em termos percentual, será 18,19%. É importante observar que, no geral, as médias são baixas: apenas 11 províncias têm 50% ou mais de informação; 36 têm menos de 50% das variáveis preenchidas. Outro ponto deve ser destacado: há províncias cujas capitais são os melhores sites – e isso acontece na maioria dos casos. Na de Cáceres, por exemplo, a capital tem informações de todas as variáveis, mas, quando se faz a média com os outros sites da província, o valor cai para 9. Em La Rioja, a capital teve valor 20, mas a média com as outras províncias caiu para 9. Isso explica também o baixo valor geral dos sites, uma vez que há casos em que os sites das capitais são muito melhores, em termos de quantidade de informações, do que outros da província.

Outros dados que complementam a informação acima são o da tabela abaixo.

Tabela 5 – Índices médios da quantidade de informação nas comunidades autônomas

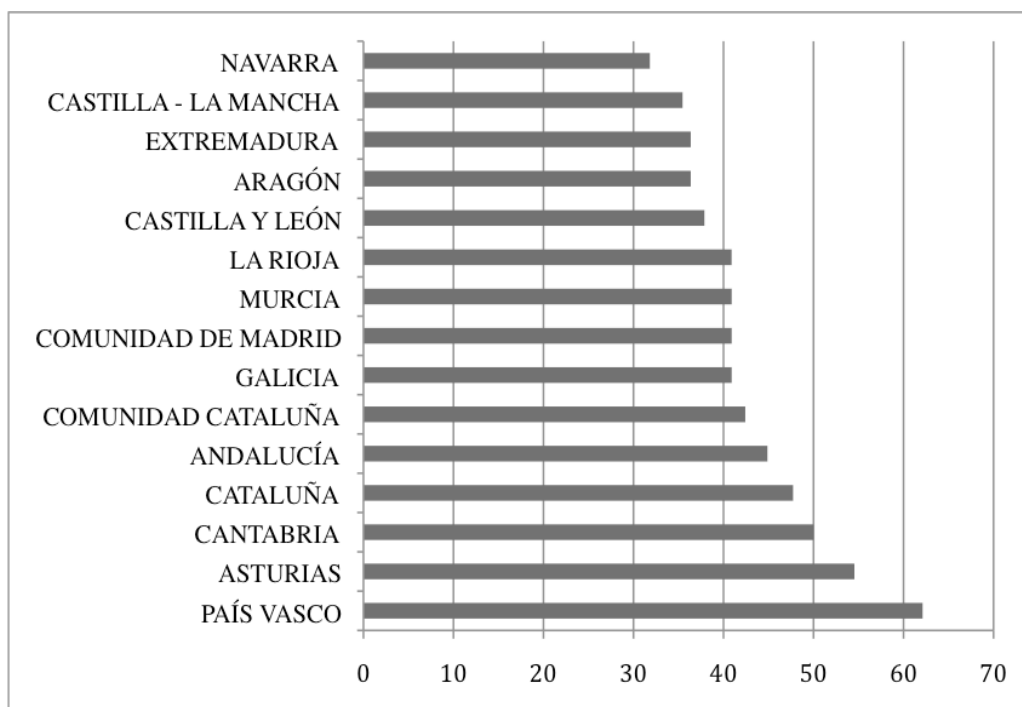
COMUNIDADE AUTÔNOMA	ÍNDICE MÉDIO (%)
PAÍS VASCO	62,12
ASTURIAS	54,54
CANTABRIA	50
CATALUÑA	47,73
ANDALUCÍA	44,88
COMUNIDAD CATALUÑA	42,42
GALICIA	40,91
COMUNIDAD DE MADRID	40,91
MURCIA	40,91
LA RIOJA	40,9
CASTILLA Y LEÓN	37,88
ARAGÓN	36,36
EXTREMADURA	36,36
CASTILLA - LA MANCHA	35,45
NAVARRA	31,82

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

Nesta tabela, as comunidades autônomas foram colocadas em ordem segundo os valores médios de informação obtidos em cada província. Na tabela anterior, utilizaram-se as médias das províncias; nesta, a média desses valores, para que cada comunidade tenha um

valor para si. Ou seja, os sites da comunidade autónoma País Vasco preenchem, em média, 13,67 variáveis das 22. De acordo com essa tabela, apenas três comunidades autónomas têm mais da metade das informações. Abaixo, seguem as mesmas informações de forma gráfica:

Gráfico 7 – Índices médios da quantidade de informação nas comunidades autónomas



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor

Mapa: Comunidades Autónomas da Espanha



Fonte: <http://www.vmapas.com/Europa/Espanha/Mapa-Comunidades-Autonomas-Espanha.jpg/maps-pt.html?map_viewMap=1>. Acessado em 20/mar/2013.

Quando se observa o mapa das comunidades autônomas espanholas, percebe-se que os resultados estão dispersos pelo país. Por exemplo, as duas melhores comunidades, em termos de quantidade de informação são País Vasco e Cantabria – ambas se situam ao norte do país. No entanto, Navarra, pior comunidade, se situa geograficamente ao lado de País Vasco. Ainda, a comunidade de Andalucía fica ao sul do país e é a terceira comunidade com maior quantidade de informação. Deve-se ressaltar aqui que apenas sites da chamada “Espanha continental” foram analisados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados mostrados, podemos assegurar que a oferta de informações nos sites é um processo irreversível. O uso das ferramentas tecnológicas já se incorporou à cultura política. A esperança é que a expansão das TIC traga, gradativamente, mais participação e, com isso, um elevado grau de interação entre cidadãos e governos.

Não só os governos estão disponibilizando as informações, como também os cidadãos passaram a se organizar e demandar informações. Sendo dada aos cidadãos a oportunidade de obter informações relevantes nos portais públicos e de agir em rede e pressionar o poder público pela utilização das TIC, ficaria configurada assim uma nova situação política em que a participação assumiria sua nova característica virtual, ficando modificada a tradicional estrutura da atividade política que se dá no embate “face a face”.

De acordo com Horokovschi (2008), os mecanismos de accountability devem ter sua importância considerável:

o fato de não serem perfeitos não implica que os mecanismos de accountability não funcionem, com variável eficácia, podendo ser usados como uma das várias balizas para aferir a qualidade das democracias existentes, com a evidente ressalva de que tais balizas são pensadas a partir dos sistemas mais consolidados dos países centrais. A questão que se coloca é como tornar mais eficazes os mecanismos verticais e horizontais, melhorando indicadores de controle, transparência e responsividade (HOROKOVSKI, 2008, p. 12).

De acordo com Wampler (2012), essas características podem expandir a participação cidadã, enriquecer a representação política e aumentar a justiça social. O modelo de interação política que pressupõe a participação é composto por elementos que permitam a interatividade com o poder estabelecido, garantam mecanismos de representação e assegurem alguma

capacidade decisória. Para o exercício da participação é necessário cidadania, capacidade de organização, mobilização, e, acima de tudo, informação.

A literatura internacional sobre participação e cidadania (NORRIS, 2000) tem salientado a erosão da confiança nas instituições da democracia representativa. Embora seja difícil mensurar ou avaliar este desgaste na confiança nas instituições (sobretudo nos partidos políticos), essa desconfiança, medida pelo desinteresse pelas eleições e pela redução do ativismo ou do engajamento político, como um todo é real. No entanto, admite-se que os canais de participação indicam uma mudança considerável rumo à melhora – no lugar de declinarem. Talvez, e isto é o mais provável, as formas de participação tenham tomado outra direção. As pessoas estão hoje mais engajadas na vida cívica por meio de diferentes atividades: elas estão atuando em organizações de bairro, na promoção de abrigos, creches, escolas, em organismos hospitalares (como os de suporte a portadores do vírus HIV ou de combate ao câncer), em movimentos femininos, em organizações ambientalistas, em empreendimentos de voluntariado, mas sobretudo naquilo que interessa a este estudo, as pessoas estão, mais e mais, se mobilizando pela internet. Esta nova forma de atuação cívica, além de mudar o espaço político tradicional, permite a circulação de informação em alta velocidade, o que provoca rapidez no processo de mobilização. Assim sendo, esta transição para uma nova forma de participação política apoiada em novos valores e em práticas diferentes das tradicionais (marchas, protestos, manifestações públicas, reuniões sindicais, entre outras) estão assentadas firmemente na utilização das TIC e portanto dependem de um relevante fluxo de informações para a sua operacionalização.

Também é verdade que, no Brasil e em alguns outros países, a população tem manifestado sua inconformidade com o *status quo* e com a situação política local, por meio de marchas, protestos – basta lembrar da frase “o gigante acordou”, utilizada largamente pela mídia brasileira neste ano de 2013, referindo-se à onda de protestos ocorridos no país. No entanto, quando colocamos essas manifestações temporais situadas num contexto histórico, percebemos que ainda são raras e esparsas essas formas tradicionais de manifestação. Ainda, se considerarmos a parcela dos cidadãos que os manifestantes são, temos ainda um cenário de baixa participação, embora signifique, indubitavelmente, um sinal claro de que a população, ou parte dela, está disposta a participar da política.

Em todos os processos de mobilização social, o papel da comunicação é reconhecido como primordial. A mobilização para a exigência de políticas públicas só acontece quando os indivíduos se articulam em defesa do bem comum. Mas essa articulação depende dos mecanismos de comunicação. Quando olhamos para os espaços públicos, os governos

parecem estar mais profissionalizados, mais preocupados com a eficiência e, conseqüentemente, mais voltados para o público. Neste contexto de modernidade, seria pouco provável que as TIC não fossem utilizadas como uma ferramenta fundamental neste processo, e assim sendo, seria pouco provável que as demandas feitas por internet sejam completamente ignoradas.

No entanto, outro registro deve ser feito: os cidadãos se acostumam com um “estado providência” apoiados numa prerrogativa perigosa de que, se o estado arrecada impostos e gere a vida social e política, esse mesmo estado deve cuidar dos cidadãos e resolver todos os seus problemas. O exercício da cidadania implica, em certa medida, em responsabilização do cidadão. Não se pode esperar muito do estado ou de governos: em extremos, se o estado é mínimo, corre-se o risco de permitir desvios no cuidado da coisa pública; se ele é máximo, pode sufocar os cidadãos e a iniciativa privada.

Segundo Horokovschi (2008), o cidadão é responsável, também, pelos atos de seus representantes, uma vez que ele tem a prerrogativa de fiscalizar os atos dos políticos. Mas, em outro sentido, governos locais, por meio de seus portais, ao tornarem disponíveis informações sobre sua estrutura, funcionamento, acesso aos parlamentares e ao abrirem canais de comunicação com o público estão admitindo que o espaço virtual seja uma forma nova de interação eficaz e dinâmica. Os cidadãos, ao usarem essa nova forma de relação com seus governantes, passam a adotar mecanismos muito mais cômodos que aqueles requeridos pela interação direta, tradicional e descobrem que se tornam mais ativos e mais influentes.

Quanto ao caso espanhol, de acordo com os dados apresentados, vê-se que a os sites espanhóis analisados apontam para um crescimento ainda incipiente: a proporção de sites considerados efetivamente bons e ótimos é de 36,22%, menos da metade dos analisados. A Espanha ainda está longe de ser uma referência na questão de disponibilidade de dados públicos. O país tem boas iniciativas, como sua lei de transparência e seu código de bom governo, mas isso não é suficiente para garantir que os cidadãos possam ter acesso a esses dados e nem que os sites terão qualidade.

As variáveis processuais, referentes a ordem do dia, notícias e lista de parlamentares são as que mais têm informações elevadas. Já as interativas apresentam um número regular de informações. Essas duas são as que mais têm informações, já que, quando se observam as institucionais e accountability, verifica-se uma mudança de padrão na curva. Parece razoável afirmar que os sites espanhóis apresentam informações que visam à informação do cidadão com relação à rotina dos *ayuntamientos* e à possibilidade de interação entre eleitores e eleitos. No entanto, há baixa quantidade de informação sobre prestação de contas e transparência,

quando se olham todos os sites. Apesar disso, deve-se observar que as variáveis agrupadas de *accountability* são as com maior barra na categoria “no_info” – acima de 50% – e as segundas com mais valor “total” de informação. Essa situação ilustra o gráfico de dispersão das informações, que apresenta uma alta dispersão entre os valores acima da mediana. A expectativa que se tinha era o desenho de uma curva crescente, nos gráficos – o que não ocorreu.

Uma das explicações para esses fenômenos é a frequência considerável de sites de municípios que imitam o *layout* e as informações do site da capital da província. Por conta disso, se o site “padrão” trouxer pouca quantidade de informações, os outros também trarão. Um exemplo dessa assertiva é a província espanhola de Huesca, cujos sites municipais parecem seguir determinado padrão de formato e arquitetura de informação. Outra explicação que pode ser dada à baixa quantidade de informação é a alta frequência de sites que contém links para informações que redirecionam a páginas inexistentes.

Outra hipótese que não se confirmou é a de que os sites com mais informações seriam de municípios com mais habitantes. O *concello* de Ares, por exemplo, na província de A Coruña, tem apenas 5.839 habitantes e preenche 20 das 22 variáveis colocadas, com índice de 90,90% de informação. Burgos, a capital da província que leva o mesmo nome, tem 179.906 habitantes (30 vezes mais habitantes do que Ares) e preenche 19 variáveis com informações. No entanto, ele traz, em seu portal, um *ranking* de melhores sites, com o resultado definido pelo “código de bom governo” do país, que aponta a que direção os portais municipais devem seguir.

Percebe-se que as administrações municipais parecem estar cada vez mais sensíveis aos apelos e demandas por informação por parte da população. A tendência internacional é que os portais municipais estejam cada vez mais interativos. A possibilidade de interação cidadã política virtual é concreta, embora ainda distante de um padrão ideal. Os cidadãos, como já dito, participam quando estão no espaço público, que pode ser situado no espaço virtual. Na medida em que os ocupantes de um dado espaço público interagem, se organizam e passam a demandar ao poder público a elaboração de diretrizes, de linhas de ação e ações concretas visando à obtenção de um bem, de uma melhoria ou de um serviço que satisfaça a toda a comunidade, governantes se vêem compelidos a atender essa demanda até mesmo porque, nestes casos, a própria sociedade que atuou como protagonista no processo de elaboração da política, atua agora na vigilância do cumprimento de suas metas e na fiscalização de sua execução e continuidade. Este comprometimento social ocorre quando o limite de tolerância para a insuficiência de um bem ou serviço é alcançado.

Esta pesquisa é consciente de suas limitações, visto que foi analisado apenas um país em variáveis definidas; talvez, se mudássemos o padrão de comparações, o resultado poderia ser melhor. No entanto, seu sentido é dar colaboração para a reflexão e para ações no sentido de estimular a governança eletrônica.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. **Teoria Habermasiana, sociologia e democracia**. In: A moralidade da democracia. São Paulo: Perspectiva, Belo Horizonte: UFMG, 1996, p. 13-22.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação**. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>>.

BATISTA, Carlos M. **ICTs and Good Governance: The Contribution of Information and Communication Technologies to Local Governance in Latin America**. Disponível em <http://portal.unesco.org/ci/en/files/11316/10547335250Report_on_e-governance_in_Latin_America.pdf/Report%2Bon%2Be-governance%2Bin%2BLatin%2BAmerica.pdf>. Acessado em 12/set/2012.

DAHL, Robert Alan. Sobre a democracia. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HOROKOVSKI, Rodrigo Rossi. **Accountability e seus mecanismos: um balanço teórico**. Paraná: UFPR, 2008.

MANIN, Bernard. **Direct democracy and representation: selection of officials in Athens**. In: The principles of representative government. Cambridge University, 1997 (impressão 2002), p. 8-41.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. Salvador: 2008.

NORRIS, P. **Democratic divide? The impact of the internet on parliaments worldwide**. Media Virtue an Disdain. Washington DC: American Political Science Association, 2000.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PITKIN, Hanna. **The concept of representation**. Berkeley and Los Angeles: University of California, 1967.

POSSAMAI, Ana Júlia. **Democratização do estado na era digital: e-participação no ciclo de políticas públicas**. Porto Alegre: 2011.

O, DONNEL, G. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova, n. 44. São Paulo: 1998.

WAMPLER, Brian. **Participation, representation, and social justice: using participatory governance to transform representative democracy**. Polity: 2008, v. 44, n. 4, p. 666-682.

9. REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Código de Buen Gobierno Local. Disponível em:

<http://www.femp.es/CartaLocal/Front/Noticias/CL_ContentoDetalle/_sYcniRvuy5ly-yy6MEsAr2xIyOH4RgvsLsMsOhPI4uc>. Acessado em 15/mai/2013.

¿Cómo trabaja la Administración? Disponível em

<http://www.060.es/060/appmanager/portal/desktop?_nfpb=true&_pageLabel=trabaja1_admin&preferredLanguage=es>. Acessado em 30/mai/2013

Indicadores de transparencia. Disponível em: <<https://sedeelectronica.gijon.es/page/1377-indicadores-de-transparencia>>. Acessado em 15/mai/2013.

INE – Instituto Nacional de Estadística. <<http://www.ine.es>>

Portal Municipal de Palencia <http://www.dip-palencia.es/export/sites/diputacion/galerias/documentacion_migracion/1202989989924_7._el_ayuntamiento_organizacxn.pdf>.

Acessado em 12/mai/2013

Webs Públicas. Disponível em:

<http://www.060.es/060/appmanager/portal/desktop/?_nfpb=true&_pageLabel=webs1_comunidades&preferredLanguage=es>. Acessado em 30/mai/2013.